



O papel da sociedade perante a ineficácia do Estado

ONGs e movimentos sociais se articulam para compensar a negligência dos governos na garantia dos direitos civis e da dignidade humana

Leonardo Gomes Bezerra

Em um país que não garante muitos dos direitos básicos dos cidadãos, iniciativas da sociedade cada vez mais organizada surgem como alternativas para suprir as necessidades daqueles que vivem à margem da instabilidade econômica. Assim, são formadas as Organizações Não Governamentais (ONGs) e inúmeros movimentos organizados pela sociedade civil, que complementam e, às vezes, compensam o dever do Estado.

Para se ter ideia, uma pesquisa realizada em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com a Associação Brasileira de Organizações

não-governamentais (Abong) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), indicou que havia no Brasil 290,7 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos.

No bairro São João da Escócia, em Caruaru, a costureira Jucivane Moraes Souza, de 38 anos, encontrou no espaço Lar Maria Mãe de Misericórdia o lugar ideal para realizar o sonho dos seus filhos. “Atualmente, dois participam das atividades. Um tem 17 anos e sonha em ser músico e o de 12 anos estuda computação e percussão”, diz. “Foi o único lugar que oferecia esse tipo de aula. Na escola tradicional, não existem essas oficinas. Há seis anos conheço a casa e aqui meus filhos têm uma oportunidade de sonhar, em um bairro que falta tudo. Somos esquecidos pelo governo. Com esse trabalho, as crianças e adolescentes têm uma ocupação, um incentivo à educação, não ficam na rua”, relata Jucivane Souza.

O Lar Maria Mãe de Misericórdia foi idealizado pela Missão Marista (Congregação das Irmãs Maristas). A casa funciona há 18 anos, e é coordenada pela Irmã Regina Cohene. Natural do Mato Grosso do Sul, tem formação em Serviço Social e especialização em Gestão. Realizando trabalhos sociais, morou em cidades de Santa Catarina, Paraná, Rondônia e passou 14 anos na Venezuela. Há quatro anos, voltou ao Brasil para coordenar o Lar Maria Mãe de Misericórdia.

“Uma das dificuldades era ver essas crianças fora da escola, sem oportunidades no bairro. Então, foi pensado em uma casa de acolhida, de acordo com a necessidade e os quadros mais chamativos. Começamos embaixo de uma árvore, em 1998, com 20 crianças. Depois, produzimos um projeto, compramos

“Posso afirmar, com todas as letras, que nós teríamos muitas crianças nas ruas. São crianças que estão em áreas de risco”, Nerisvaldo Alves

um terreno e começamos a construir duas salas. Com o tempo, fomos ampliando”, lembra a Irmã.

Atualmente, a casa mantém 120 crianças matriculadas, com idades que variam dos quatro aos oito anos, e alguns adolescentes, em períodos diurnos. Também há espaços de convivência, refeitório, laboratório de informática, oficinas de música e percussão, educação física, acompanhamento escolar e grupo de inclusão digital.

A Irmã Regina comenta que o governo não contribui, mas exige uma série de regulamentações para que o espaço seja mantido. “Concordo que não podemos reunir crianças sem o respaldo da lei, não é qualquer grupo que pode trabalhar com elas. É preciso ter muita responsabilidade jurídica, mas há uma burocracia enorme para ter o registro de funcionamento de uma casa como a nossa e o governo não envia nenhum técnico para nos orientar, mas exige registro no Conselho Municipal de Defesa do Direito da Criança e Adolescente (Condica), no Conselho de Assistência Social do município. Tem que estar regularizado de acordo com as leis do país, mas para isso existe uma dificuldade enorme”, explica.

Já no bairro São Francisco, também em Caruaru, 50 crianças entre sete e 18 anos participam de uma oficina de cir-

co, onde se profissionalizam e realizam apresentações no Brasil e até no exterior. A exemplo de Antônio Juarez, de 17 anos, que está no circo desde os sete e hoje é aluno-colaborador. “Eu não sei o que seria se não estivesse no circo. Falar do circo é muito emocionante. Foi onde encontrei a alegria. Através do circo, fiz uma turnê na Alemanha e já conheci diversas outras cidades no Brasil”, detalha. Antônio lembra que mora em um bairro violento, onde o tráfico de drogas é intenso e, se não estivesse no circo, talvez estaria nas ruas envolvido com a criminalidade.

As oficinas são mantidas pelo Centro Social São José do Monte, coordenado pela Irmã Werburga Schaffrath, que desde 1969 realiza trabalhos sociais em Caruaru.

As atividades circenses são coordenadas pelo multiartista Nerisvaldo Alves. “É uma experiência que tem dado certo, mas não sabemos do futuro. A ideia é fazer com que este circo venha a ser um dos mantenedores do Centro, o que já vem acalentando esse trabalho. Através do circo, a gente vem divulgando as demais ações do Centro Social (teatro, dança, música)”, comenta Nerisvaldo.

Para ele, o Estado deveria intervir de maneira decisiva. “A ajuda é insuficiente. Outro empecilho é a burocracia. Hoje, para fazer um projeto, são necessárias várias comprovações de documentos. Imagino que não se avalia um projeto pela sua execução e pelo que faz, mas pelo que se escreve”, lamenta.

O artista afirma que, se não fosse o trabalho realizado pelo Centro Social, a situação de diversas crianças do bairro seria de abandono. “Posso afirmar, com todas as letras, que nós teríamos muitas crianças nas ruas. São crianças que

→

estão em áreas de risco. Nós não trabalhamos com crianças de rua e sim com crianças carentes, que estão em situação de vulnerabilidade”, pontua.

O Estado

A Constituição Brasileira de 1988 assegura direitos aos cidadãos que deveriam ser garantidos pelo Estado. Mas, em inúmeras situações, o poder público não consegue implementar políticas que são necessárias para assegurar todos esses direitos. Transferindo, na maioria das vezes, à sociedade a responsabilidade do desenvolvimento social que garanta uma melhor qualidade de vida para todos.

Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), o advogado Darci Cintra Filho afirma que a Constituição de 1988 se destaca por assegurar um conjunto de direitos para todos os cidadãos, tanto individuais, quanto sociais. Garantindo evitar a

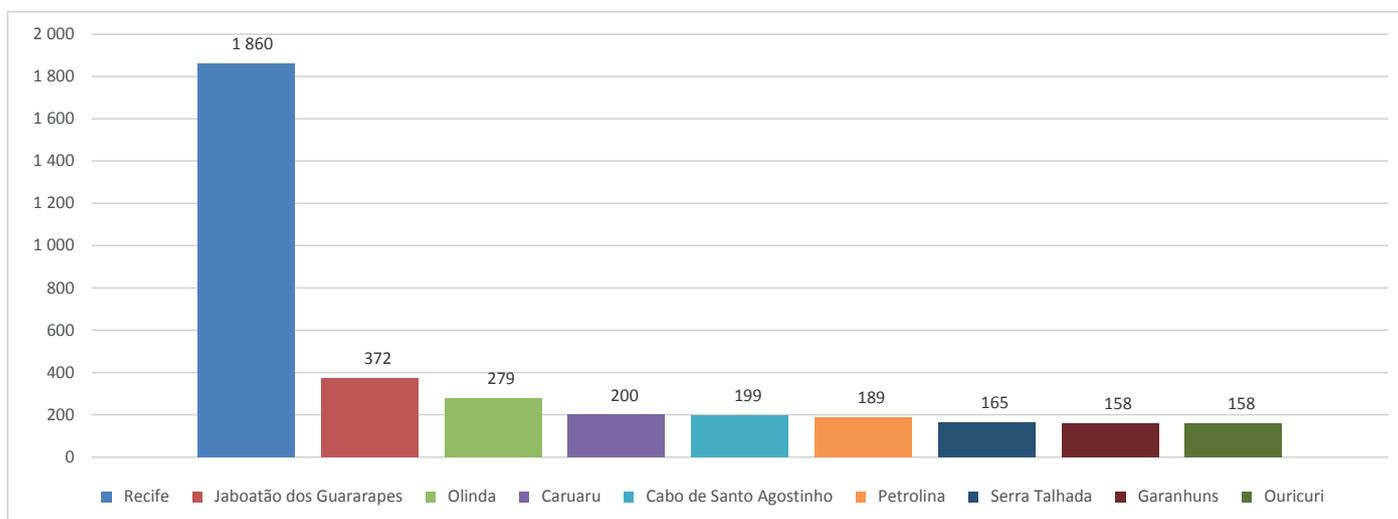
violação a esses direitos, mas também de implementar os mesmos. “Por conta disso, o Estado acabou atraindo para ele um conjunto de responsabilidades em relação aos direitos que devem ser assegurados a todos os cidadãos, e muitas das vezes o poder público não consegue pôr em prática as políticas que são necessárias para assegurar todos esses direitos - ou por falta de recursos ou pela má gestão dos recursos que dispõe”, enfatiza Cintra Filho.

Ele cita exemplos dos chamados direitos sociais, que necessitam da efetivação de políticas públicas, como o lazer, saúde, moradia, cuidado com a maternidade e a infância e a atenção aos idosos. “A grande dificuldade que se relaciona aos direitos sociais diz respeito aos recursos necessários para implementar essas políticas. Se afirma que os direitos econômicos, sociais e culturais são direitos prestacionais, eles dependem de implementação de prestações de servi-

ços, de atividades por parte do Estado e, para isso, tem que ter os recursos. Sem recursos, a vontade política de fazer não basta. Agora, volto a lembrar que é discutível se não existem os recursos - já que estamos passando por um momento de crise e vemos o anúncio constante de cortes em políticas públicas, mas não vemos a preocupação no âmbito dos gastos do Legislativo, do Executivo e do Judiciário. Então, acaba me parecendo muito mais que os recursos existem, mas eles ou são mal alocados ou mal geridos, e aí não são direcionados para implementação dessas políticas”, pontua Darci, que leciona a disciplina de Direito Constitucional na Asces.

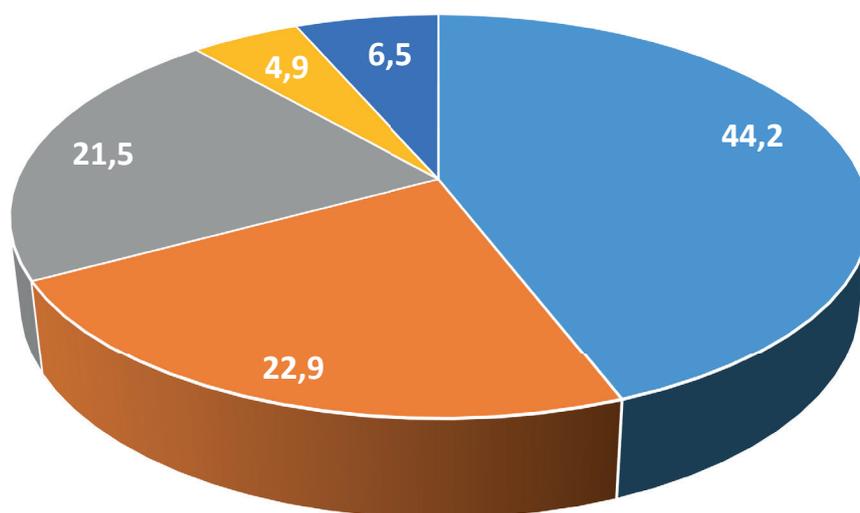
Partindo para uma análise da influência dessas estruturas

Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a historiadora Rosineide Gonçalves indica que as Organizações Não



Os 10 Municípios do Estado de Pernambuco com mais de cinquenta ONGs

Fonte: IBGE (2010)



■ Região Sudeste ■ Nordeste ■ Sul ■ Norte ■ Centro-Oeste

Arte: Diego Carrilho

Concentração das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil) por regiões do Brasil

Fonte: IBGE (2010)

Governamentais são tudo aquilo que não faz parte da estrutura do governo. “No Brasil, chegou fortemente no processo de redemocratização do Estado, um conjunto de organizações nas décadas de 70 e 80. A maior parte delas, criadas por professores universitários, lideranças

religiosas e outros, na perspectiva de organizar espaços que pudessem debater o sistema, propor ideias, incentivar formações comunitárias e sociais”, explica.

De acordo com a professora, o país ainda não dispõe de uma estabilidade econômica que garanta todos os direitos aos cidadãos e, por isso, o papel das ONGs é muito importante. Já que o Estado não dá conta de resolver todos os problemas que existem na sociedade, ela defende que sem as ONGs e os movimentos sociais o país não teria conquistado determinadas melhorias. “Por mais que tenhamos problemas, nós avançamos muito. Por isso, acredito que política tem que ser de participação”, enfatiza.

Ela ressalta que as ONGs complementam o trabalho do governo. Para a mestra, esta atuação é positiva. O problema é que, às vezes, essas organizações servem como espaço de terceirização de mão de obra para o Estado. “É muito mais caro para o Estado executar diretamente, do que repassar o dinheiro”, afirma Rosineide.

Essas organizações têm hoje como princípio a transparência na gestão pública, reforma política, direitos humanos, novos modelos de desenvolvimentos e democratização das comunicações e estão ligadas, na maioria dos casos, à Associação Brasileira de ONGs (Abong).

Rosineide Gonçalves comenta que os municípios de Pernambuco que têm atuação de ONGs, são cidades com melhores trabalhos implementados. “Eu diria que os municípios de Pernambuco com as melhores atuações, os melhores conselhos e onde tem mais políticas implementadas, é onde há ONGs atuando em um processo de organização da população.

O Estado é uma estrutura mantida por governos, e os governos têm interesses partidários. Na minha opinião, as ONGs são permanentes, elas independem da vontade do partido A ou B. Então, elas podem fortalecer sim o processo de organização em um determinado município e gerar um resultado positivo”, conclui.

Contatos para doações:

Centro Social São José do Monte (Escola de Circo):

Rua Nilo Peçanha, s/n, bairro São Francisco

Contato: (81) 3721-0214

Irmã Werburga Schaffrath

Lar Maria Mãe de Misericórdia:

Rua Orlando Dias (conhecida popularmente como ‘Rua da Lata’), nº 135, bairro São João da Escócia

Contato: (81) 3045.5011 /

(81) 99817-7233 (WhatsApp).

Irmã Regina Cohene